

O Exercício do Controle Social como Ferramenta para a Adequada Gestão dos Recursos Públicos¹

Resumo

O atual modelo de Gestão Pública, opera de forma a resguardar que a Administração esteja em consonância com os princípios que lhes são impostos pelo ordenamento jurídico, dentre os quais destacam-se: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Deste modo, conforme os autores Castro (2010) e Mello (2010) a ferramenta do Controle é um dos elementos indispensáveis para a Administração Pública e de extrema relevância para esta e para seus administrados, pois além de ser um aspecto verificador da legalidade, passou a realizar a fiscalização dos resultados, assumindo um importante papel, transformando-se em um instrumento de gerenciamento para a Administração e de garantia para a população, de uma prestação de serviços eficiente, com o mínimo de recursos, sem desvios ou desperdícios. Na visão de Castro (2007) a fiscalização e o monitoramento por parte da sociedade sobre o Orçamento Público, utilizando de qualquer uma das vias de participação democrática, quanto à aprovação e execução das despesas públicas também é de suma importância, pois objetivam um melhor controle sobre os gastos públicos, bem como fornecem segurança de que as suas necessidades sejam atendidas e que os recursos públicos sejam aplicados corretamente. Diante disso, alicerçado na metodologia da pesquisa bibliográfica em preceitos constitucionais e legais atinentes à matéria, busca-se elucidar neste artigo o que é e o que representa o Controle para a Administração Pública, bem como evidenciar os principais tipos de controle que a mesma dispõe, traçando assim um panorama do Controle na Gestão Pública. Além disso, apresentam-se alguns meios de Controle que a sociedade possui atualmente sobre o Orçamento Público, que são o Observatório Social e o Orçamento Participativo, contribuindo deste modo para que o tema seja conhecido e entendido, e para que a população brasileira possa exercer seu direito de cidadania por meio de sua participação democrática. Enfim, ao analisar a função Controle na Administração Pública e após a exposição dos meios de fiscalização, conclui-se, de forma sintética, que os mecanismos de controle utilizados na mesma visam não só prevenir, mas também garantir a regular aplicação dos recursos públicos. Pode-se observar também que o Controle tem a função essencial de colaborar com o exercício da Gestão Pública, sendo para este fim subdividido, com base na Constituição Federal, em interno e externo. E, ainda, considerando que a Administração Pública deve rigorosamente servir aos fins para os quais o Estado foi criado, evidencia-se a necessidade de permanente incidência do controle sobre toda e qualquer atividade administrativa. Assim, os meios de controle apresentados neste trabalho, sejam os realizados pelas próprias organizações públicas como os realizados pela população, são de extraordinária relevância e necessidade para que os objetivos da criação do Estado sejam alcançados e que a sociedade tenha suas necessidades supridas. Por fim, cabe ressaltar que a metodologia desenvolvida e a atuação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, dentre as quais se destaca e aborda o Observatório Social do Brasil, é imprescindível para que se efetive uma participação democrática qualificada e para que as pessoas possam agir da forma correta em favor do bem comum.

Palavras-chave: Controle Social; Orçamento Público; Observatório Social do Brasil.

¹ Autor: **LONDERO, Bruno Alex**. Professor Substituto do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria, Contador da Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra - RS e Acadêmico do 10º Semestre do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria.